



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010194-66.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança Cível - Multas e demais Sanções**
 Impetrante: **Dirceu Bianconi**
 Impetrado: **DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **GABRIELA MULLER CARIOBA ATTANASIO**

Vistos.

Trata-se de mandado de segurança impetrado por **Dirceu Biancone** contra ato da **Diretora Técnica da 26ª Ciretran de São Carlos**, figurando como ente público interessado o **Departamento Estadual de Trânsito- Detran**.

Aduz o impetrante que a impetrada instaurou o processo de suspensão do seu direito de dirigir (PA nº 31136/2017), antes do trânsito em julgado do recurso interposto junto ao CETRAN, relacionado ao Auto de Infração nº 5S0009909, lavrado em 01/05/2017, pelo Município de São Carlos.

Foi deferida a liminar (fl. 45).

A autoridade coatora prestou informações (fl. 53), que vieram acompanhadas dos documentos de fls. 54/89.

O Ministério Público manifestou-se pela sua não intervenção no feito (fls. 94/96).

É relatório.

Fundamento e decido.

A situação enfocada nestes autos permite seja concedida a segurança pleiteada.

Da análise das disposições previstas na legislação de trânsito, no que concerne à aplicação de multas, marcação do sistema de pontos no prontuário do motorista e imposição de penalidade de suspensão do direito de dirigir, notadamente da leitura dos artigos 259, 261 e 282, todos do Código de Trânsito Brasileiro, além do disposto na Portaria nº 151/01 do DETRAN/SP, verifica-se que ao motorista infrator é concedida a

1010194-66.2018.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

oportunidade para apresentar defesa em dois momentos distintos.

O primeiro refere-se às multas propriamente ditas, ou seja, em cada infração de trânsito praticada pelo motorista, este deve ser notificado para apresentar defesa até a data do vencimento da penalidade pecuniária, conforme dispõe o artigo 282, § 5º do CTB.

Ocorre que, em certas situações, além da imposição da multa, é prevista como sanção a suspensão do direito de dirigir, ora em decorrência do cometimento por si só da infração, quando é prevista expressamente na norma secundária, ora quando é decorrência da soma dos pontos atribuídos ao motorista, que ultrapassem a soma de vinte, no lapso temporal de doze meses, quando incide a norma prevista no artigo 261, § 1º, do CTB.

Neste caso, torna-se indispensável a expedição de portaria, a ser publicada na imprensa oficial, contendo a relação dos motoristas sancionados, bem como a instauração de processo administrativo para o fim de se apurar os fatos, visando a aplicação da suspensão do direito de dirigir, da qual o motorista deve ser notificado, nos termos do artigo 4º da Portaria nº 151/01 do DETRAN/SP.

Decorre ainda da legislação de trânsito que, enquanto não transitado em julgado o processo administrativo, é vedado o bloqueio de prontuário (Deliberação nº 141/203CETRA/SP).

Essa também é a interpretação do artigo 290, parágrafo único, do CTB c/c o artigo 24 da Resolução nº 182/205, do CIRETRAN, que afirma ser inadmissível a negativa de renovação da habilitação em razão da existência de pontuações e multas enquanto o processo administrativo não estiver concluído, sob pena de afronta ao princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório.

No caso em questão, os documentos encaminhados aos autos comprovam que o processo de suspensão do direito de dirigir foi instaurado concomitantemente com o processo de aplicação da penalidade de multa referente ao AI nº 5S0009909 (fls. 55 e 17/22).

Desse modo, incorreta a atitude do impetrado em instaurar o referido procedimento antes do trânsito em julgado do recurso interposto pelo autor, vez que o recurso por ele impetrado junto ao CETRA - relacionado ao auto de infração aqui tratado



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

(AI nº 5S0009909), ainda pende de julgamento (fl. 19), e por violar os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Neste sentido é o entendimento do E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

MANDADO DE SEGURANÇA SÓ REEXAME - Pretensão de renovação de CNH - Negativa da autoridade - Procedimento administrativo em andamento. Enquanto pendente de julgamento recurso em processo administrativo, não incidirá nenhuma restrição no prontuário do infrator, inclusive para fins de renovação da CNH - Sentença de concessão da ordem Recurso não provido. (Reexame Necessário nº 1008988-31.2016.8.26.0099 - 6ª Câmara de Direito Público- Data do julgamento: 21 de agosto de 2017 Relator: Reinaldo Miluzzi).

REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. ATO ADMINISTRATIVO. CNH CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO. RENOVAÇÃO NA PENDÊNCIA DE APRECIÇÃO DE RECURSO INTERPOSTO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO.AMISSIBILIDADE. Óbice à renovação da habilitação que apenas pode ser imposto após o trânsito em julgado da decisão administrativa que impõe ao infrator a pena. Resolução nº 182/2005 do CONTRAN. Violação ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa. Inteligência do art. 5º, incisos LIV e LV, e art. 37, caput, ambos da CF/88. Concessão da ordem em primeira instância. Sentença mantida. Recurso oficial não provido. - Apelação Cível nº 0000109-64.2014.8.26.0344 - 13ª Câmara de Direito Público Data do julgamento: 12/08/2015 - Relator: Djalma Lofrano Filho.

Patente, portanto, a ilegalidade e evidente o direito líquido e certo do impetrante, a concessão da segurança é medida que se impõe.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido, **concedendo a** segurança, para convalidar a liminar e, assim, declarar a nulidade do processo administrativo nº 31136/2017, enquanto não ocorrer o trânsito em julgado do recurso impetrado junto ao CETRAN, relacionado ao auto de infração aqui tratado (AI nº 5S0009909), com a observação dos trâmites legais.

Custas na forma da lei, sendo indevidos honorários.

Comunique-se, por ofício, o teor desta decisão à autoridade tida como



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

coatora.

Escoados os prazos de recurso, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça para o reexame necessário, como determina a regra específica da Lei nº 12.016/09, isto é, artigo 14, parágrafo 1º.

P.I.

São Carlos, 26 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**